



Resumo de Notícias

03/05/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – “Adeus querida”

O possível governo do golpe, leia-se Temer/Cunha, nem assumiu o poder e já anuncia um programa que inclui a ampliação da idade mínima para aposentadoria, a desvinculação de qualquer benefício do salário mínimo, terceirização em massa, privatização do que restou das estatais e, no que se refere ao setor de (tele)comunicações, o fim do Ministério das Comunicações.

Quais as consequências desse retorno à política do Estado mínimo?

Conforme o artigo 18 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), são atribuições do Ministério:

1. instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado;
2. aprovar o plano geral de outorgas de serviço prestado no regime público;
3. aprovar o plano geral de metas para a progressiva universalização de serviço prestado no regime público;
4. autorizar a participação de empresa brasileira em organizações ou consórcios intergovernamentais destinados ao provimento de meios ou à prestação de serviços de teleco-

municações.

A mesma LGT, no artigo 211, prevê ainda que cabe ao Minicom a outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de imagens. Também é papel do Ministério, ao qual estão vinculados os Correios, a Telebrás e a Anatel, formular políticas de telecomunicações e, de certa forma, regular os serviços de radiodifusão. Ou seja, funções estratégicas para o setor.

A quem interessa, portanto, o esvaziamento e mesmo a extinção do Ministério?

Para o Instituto Telecom é óbvio que as grandes favorecidas serão as empresas de telecomunicações e de radiodifusão que poderão, tranquilamente, impor seus interesses aos usuários. Adeus universalização da banda larga! Adeus regulação da mídia! Adeus democratização das (tele)comunicações!

Dessa forma, a frase “Adeus querida”, repetida pelos golpistas, já pode ser traduzida como adeus aos avanços democráticos. Sem a universalização da banda larga e a democratização das comunicações não se viabiliza uma sociedade democrática.

Diante desse cenário dantesco, o Instituto Telecom considera que é dever de todos os democratas alertar e mobilizar a sociedade para impedir que o golpe prospere. O Brasil não pode retroceder.

03/05/2016 - Convergência Digital

Minicom cria departamento de Internet e Telecom, mas elimina o de universalização

A eliminação das concessões de telefonia e a prestação dos serviços apenas no regime privado ainda atravessa um longo percurso na atual revisão do modelo de telecomunicações no Brasil, mas o Ministério das Comunicações já modifica suas estruturas internas para acomodar as mudanças.

Na reestruturação da pasta, oficializada na forma

de um Decreto presidencial publicado nesta segunda-feira, 2/5, sai o departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações e é criado no lugar um novo departamento de Internet e Serviços de Telecomunicações. Ao mesmo tempo, o Minicom passa a incluir entre suas competências tratar de políticas relativas à internet.



Resumo de Notícias

As funções da nova secretaria serão:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos aos serviços de telecomunicações e à promoção de sua universalização;

II - acompanhar a evolução do modelo de exploração dos serviços de telecomunicações e sugerir mudanças e ajustes necessários;

III - auxiliar na orientação, no acompanhamento e na supervisão das atividades da Anatel;

IV - propor critérios e procedimentos relativos à prestação dos serviços de telecomunicações;

V - realizar estudos sobre normas e critérios para a alocação de recursos para os programas financiados pelo Fust;

VI - realizar estudos sobre normas, metas e critérios para a universalização dos serviços de telecomunicações prestados em regime público e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas; e

VII - subsidiar a formulação de políticas, objetivos e metas relativos ao desenvolvimento da internet no País e, no que couber, à sua governança internacional."

A reestruturação também mexeu em outras estruturas do Minicom, com a então Secretaria de Inclusão Digital transformada agora em um departamento dentro da Secretaria Executiva. Já a Secretaria de Comunicação Eletrônica vira Secretaria de Radiodifusão – com duas divisões, uma para a radiodifusão comercial, outra para educativa, comunitária e estatal.

02/05/2016 - CUT

Temer e a ponte para o passado

Documento elaborado pelo vice-presidente apresenta cenário trágico para a classe trabalhadora, caso os golpistas tomem o poder

A "Ponte para o Futuro", uma espécie de programa de governo do vice-presidente Michel Temer, principal articulador do movimento golpista que tenta retirar do poder a presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, dá indícios do avanço conservador na política nacional e da restrição às conquistas sociais dos governos petistas.

Entre as propostas, elaboradas sob o pretexto de uma recuperação econômica do País, está interferir diretamente nas regras da aposentadoria, determinando o aumento da idade mínima para se aposentar de acordo com aumento da expectativa de vida.

Dessa forma, a "pinguela" de Temer desconsidera importantes aspectos da realidade do trabalhador e da trabalhadora no Brasil. Segundo a assessoria econômica da CUT, ao estabelecer a expectativa de vida como vetor, o vice-presidente desconsidera que muitos brasileiros começam a vida profissional muito cedo e podem trabalhar muito mais do que aqueles que começam tarde.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), expectativa de vida do brasileiro subiu para 75,2 anos. Dessa forma, a idade mínima para aposentadoria seria aos 75 anos. A previdência é alvo de outra medida de Temer, segundo a "Ponte para o Futuro", a eliminação da indexação de qualquer benefício, assim como o salário. Dessa forma, quem pagará a conta será a classe trabalhadora.

Sem a indexação, os valores da aposentadoria não seguirão mais os reajustes do mínimo, quebrando a regra atual de aumento automático. Dessa forma, o poder de compra da classe trabalhadora, e dos aposentados, principalmente os que ganham até um salário mínimo, estará comprometida.

A regulamentação da terceirização e a autorização para que convenções coletivas prevaleçam sobre o legislado devem culminar em um afrouxamento dos direitos trabalhistas também preocupam a CUT. Assim sendo, cada sindicato, pressionado por sua base em momentos de crise, podem ser forçados a negociar com entidades patronais acordos que desrespeitam a CLT.



Resumo de Notícias

De acordo com a assessoria da CUT, o SUS é um dos alvos de Temer. O que nos dá pistas sobre os objetivos dessa proposta está na primeira versão do documento "Agenda Brasil" onde foi proposto (e depois voltaram atrás) aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Na prática, o trabalhador que utiliza o SUS passará a pagar pelos serviços do sistema.

Entre as medidas que Temer pretende adotar, se seu golpe for consumado, é retirar o Brasil do bloco dos Brics e realinhar nossa economia com os EUA, segundo a "Ponte para o Futuro". "Realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles", afirma o documento que deve nos levar à mesma relação de subalternidade com os americanos que já foi experimentada nos anos 90, durante os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além da "Ponte para o Futuro", a imprensa aguarda o lançamento de "A travessia social", um novo documento que deve servir de norte para Temer, caso o golpe se consuma. Alguns trechos do texto já vazaram na mídia. Entre eles, a ideia de privatizar "tudo



que for possível."

"O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura. Quanto às competências que reservará para si, é indispensável que suas relações com contratantes privados sejam reguladas por uma legislação nova, inclusive por uma nova lei de licitações. É neces-

sário um novo começo das relações do Estado com as empresas privadas que lhe prestam serviços", afirma Temer no documento.

A medida pode abrir caminho para a venda da Petrobras, que é alvo do capital estrangeiro por conta da descoberta do Pré-Sal. Um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), cotado para assumir um ministério em um eventual governo de Temer, entrega a exploração da camada às empresas internacionais.

A privatização da Petrobras prejudicará os planos estabelecidos para o futuro da Educação no Brasil. Isso porque, uma lei de setembro de 2013, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, determina que 50% do Fundo Social do Pré-Sal seja destinada à Educação.

Aliado ao retrocesso das medidas apresentadas por Temer, há um conjunto de projetos tramitando no Congresso Nacional que são ofensivos à classe trabalhadora, às mulheres, negros e negras, jovens e idosos do País. Em caso de golpe, o futuro do Brasil e suas recentes conquistas estão seriamente comprometidos.



Resumo de Notícias

02/05/2016 - Carta Maior

Semelhanças e diferenças entre o golpe de hoje no Brasil e o golpe nazista em 1933

Hitler deu um golpe inteiramente 'legal', através de uma votação no Parlamento. com o apoio da classe média alta. Se olharmos os métodos, como se parecem!

" Nem sempre o que é, parece. Mas o que parece, seguramente é". Ditado brasileiro.

Muito se tem escrito, contra e a favor, sobre semelhanças e diferenças entre o golpe nazista de 1933 e o que hoje está em curso no Brasil.



Bom, vamos começar por alguns personagens principais. Ninguém de bom senso vai comparar o tacanho e tragicômico Michel Temer com o trágico e sinistro Adolf Hitler. Nem um nem outro merecem tanto. Aquele, "do lar", este, bem, também era "do lar", abstêmio, vegetariano, fiel pelo que se sabe, mas, de qualquer modo e por exemplo, os penteados eram completamente diferentes. Além disto, Hitler ficou no poder durante doze anos, de 33 a 45, digamos. Temer não ficará tanto. No Inferno de Dante Hitler estaria na boca de Lúcifer, mascado com os grandes traidores da história. Onde estará Temer? Provavelmente na porta do Inferno. Nem lá ele será admitido. Na porta, sem direito nem a meia-entrada, estão os que carecem até mesmo de um forte caráter pecador. Para alegria dos pós-modernos, estão no não-lugar universal e eterno.

Também ninguém vai comparar o grotesco Cunha ao também grotesco Göring, que foi quem presidiu a sessão do Reichstag que começou o golpe de estado nazista em 23 de março de 1933. Se estivessem num romance de Dostoyevski, ambos seriam qualificados como psicopatas. Mas não esteve um, nem está o outro. Vamos aguardar para ver como a história qualificará o mais recente deles. Boa coisa não será.



Agora, se olharmos os métodos, como se parecem!

Em primeiro lugar, Hitler deu aquilo que a revista alemã qualificou, em relação ao Brasil, um "kalter Putsch", um "golpe frio", ou "branco", na nossa tradição. Foi um golpe inteiramente "legal", através de uma votação no Bundestag, o Parlamento, depois confirmado pelo Bundesrat, que equivaleria ao nosso Senado (como deve acontecer), assinado pelo presidente von Hindenburg, e largamente deixado correr ou apoiado pelo Judiciário.

O golpe ganhou o nome histórico de "Ermächtigungsgesetz", que poderia ser traduzido por "Lei de Empoderamento". Era muito breve, como o nosso Ato 5: tinha um preâmbulo de algumas linhas e cinco artigos. Em essência, dizia que o Gabinete Executivo - presidido por Hitler - tinha poderes para decretar leis sem aprova-las no Parlamento, e que estas leis estariam acima da Constituição, que não poderia ser invocada para contesta-las. Dizia que a exceção se referia ao Bundestag e ao Bundesrat, coisa que, evidentemente, foi desrespeitada depois. Ou seja, como hoje no Brasil, rasgava-se a Constituição "legalmente", e abria-se o período de exceção, diante de uma pequena burguesia (hoje diríamos alta classe média) gessificada pelo medo da ascensão dos "debaixo". Mas tanto lá como hoje, nesta classe média isto não era unânime, diga-se de passagem. Por isto a repressão que se seguiu foi generalizada. E hoje, não será?

Resumo de Notícias

02/03/2016 - Portal Vermelho

6 razões para os trabalhadores brasileiros combaterem o golpe

Como ficaria o Brasil sem a política de valorização do salário mínimo, iniciada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e consolidada pela presidenta Dilma Rousseff? Um impeachment contra Dilma e um eventual governo do vice Michel Temer atacam a Consolidação das Leis Trabalhistas, proteção do trabalhador brasileiro. Com Temer será o fim das políticas de inclusão social, que melhoraram a vida dos mais pobres, e o início da agenda de exploração sem limites do trabalhador.

Confira o que propõe o Plano de Michel Temer para os trabalhadores:

1 - Fim do ganho real do salário mínimo

Acabar com todas as "indexações para salários e benefícios", como quer o documento Ponte para o Futuro ou Plano Temer, sela o fim do maior acordo salarial da história do Brasil, a política de valorização do salário mínimo. Fruto da luta do movimento sindical, o reajuste do mínimo se dá pela inflação mais a metade do crescimento do PIB de 2 anos anteriores. Na prática, a "desindexação" é o fim do reajuste automático da renda do trabalhador e do seu poder de compra.

2 - Adoção do negociado sobre o legislado (Ataque à Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT)

Neste ponto, o Plano Temer defende que negociações coletivas tenham mais valor que uma lei trabalhista que tem 73 anos e que garante carteira assinada, jornada de trabalho definida, férias remuneradas, 13º e diversos be-



nefícios. O objetivo disfarçado é a perda de direitos, já que o peso dos patrões acaba se sobrepunando sobre os empregados (principalmente no caso de sindicatos descompromissados), em especial em períodos de crise em que o trabalhador tenta assegurar o emprego.

3 - Estímulo à Terceirização no mercado de trabalho

Os defensores do impeachment são autores de pelo menos 55 projetos no Congresso Nacional que terceirizam todas as atividades de uma empresa. Rejeitada pelos trabalhadores, a terceirização apresenta estatísticas sombrias sobre o trabalho nestas condições: lidera acidentes de trabalho, com mortes e sequelas, o trabalhador ganha menos, trabalha mais em situação de precariedade e é vitimado por doenças ocupacionais.

4 - Previdência: Mais trabalho e menos benefícios

O Plano Temer defende a idade mínima para a aposentadoria que pode chegar a 67 anos. Essa medida penaliza o trabalhador de baixa renda, que começa muito cedo no ofício. A desvinculação do salário mínimo aos benefícios da previdência atinge 22 milhões de aposentados: sem reajuste, essas famílias (principalmente trabalhadores rurais) terão a renda congelada e perdem o poder de compra.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/280215-1>



Resumo de Notícias

29/04/2016 - Carta Capital

O salário mínimo é um dos alvos do golpe

O novo governo avalia que o mínimo é só um custo, e deve ser reduzido para que haja aumento da competitividade da economia

Frei Betto tem razão quando diz que faltariam ruas para protestos se os pobres soubessem quais são os planos da coligação que tenta tomar o governo pela via do golpe. Um dos alvos principais é o salário mínimo. As razões são variadas. Mas todas convergem: o mais importante será a redução do valor real do salário mínimo.

O salário mínimo foi criado no dia 1º de maio de 1940 por Getúlio Vargas. Desde a sua criação, o salário mínimo sofreu muitos ataques. São ataques contra o seu valor e ataques à sua existência.

Sempre foi mais difícil atacar a sua existência já que o principal argumento contrário é que salários deveriam ser negociados livremente entre patrões e empregados. Mas todos sabem que trabalhadores negociariam quase sempre com muita desvantagem.

Não será surpresa, contudo, que comecem a surgir propostas no sentido da eliminação da obrigatoriedade do pagamento de um valor mínimo para o salário no mercado de trabalho.

Eles irão propor que o salário mínimo seja um valor de referência para a negociação, mas não uma obrigatoriedade. Não é um absurdo pensar nessa possibilidade.

Afinal, o que é a proposta patrocinada por instituições envolvidas no golpe referente à área trabalhista que propõe que o "negociado deve prevalecer sobre o legislado"? Representa a base do fim dos direitos trabalhistas estabelecidos e seguros.

O golpe de 1964 também atacou e depreciou o valor do salário mínimo. João Goulart, o presidente que foi afastado, defendeu o salário mínimo concedendo aumentos necessários. Em março de 1964, o salário mínimo valia mais que 1,2 mil reais a preços de hoje. Ao final do regime ditatorial militar-empresarial, em 1985, o salário valia menos da metade do que valia no governo de Goulart.

Com o golpe de 1964, um novo modelo econômico foi imposto. O pacto militar-empresarial era pela promoção do crescimento econômico e a realização de investimentos públicos e privados. E assim foi feito. Mas foi um modelo concentrador de renda e de riqueza. A ideia que justificava esse modelo foi expressa pelo então ministro Delfim Netto, que dizia que era necessário, primeiro, fazer o bolo crescer para, depois, distribuí-lo. Cresceu, mas não foi distribuído.

Durante a ditadura, o setor privado fez grandes investimentos financiados pela folga financeira devido à redução de custos que representava a folha de pagamentos (arrocho salarial) – além de favores concedidos pelos militares a determinados setores empresariais.

O arrocho salarial não foi uma mera maldade de um governo que eliminou a democracia, extinguiu a liberdade, torturou e assassinou; a compressão salarial era parte importante do modelo de financiamento do crescimento econômico com concentração de renda e riqueza.

No golpe que está em curso há também argumentos para justificar a compressão do valor real do salário mínimo. Alguns argumentos são similares. O modelo econômico de Michel Temer guarda semelhanças com o modelo econômico da ditadura: crescer com concentração de renda ou fazer o bolo crescer e jamais distribuí-lo.

O primeiro argumento dos defensores do golpe é que o salário mínimo é exclusivamente um custo e, portanto, deve ser reduzido para que haja aumento da competitividade da economia. Em outras palavras, o dinheiro que iria para os trabalhadores deve ir para as mãos dos empresários para que possam investir (ou aplicar no mercado financeiro).

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-salario-minimo-e-um-dos-alvos-do-golpe>